



**Moção Aprovada em Assembleia Geral de Sócios do dia 13/01/2011**

**Contratados e Desempregados**

**«RELANÇAR A ESPERANÇA, RECONSTRUIR A LUTA»**

**A Assembleia Geral de Sócios do SPGL, reunida em Lisboa no dia 13 de Janeiro de 2011, tendo constatado que:**

Nos últimos meses o Governo Sócrates e o ME de Isabel Alçada - animados pela aprovação do OE, em si mesmo não mais que um instrumento anti-popular complementar dos desastrosos PEC's propostos por Bruxelas - desencadearam sobre a classe docente em geral e os professores e educadores contratados e desempregados em particular um violentíssimo ataque materializado em ondas sucessivas de medidas anti-laborais, anti-educativas e anti-sociais quase diárias, de dimensão, permanência e virulência selvática, poucas vezes antes observado em Portugal, que terá como corolário uma redução global de 30 a 40 mil docentes no sistema de ensino público e, destes, o despedimento definitivo de mais de 10 mil contratados.

Eis o rol detalhado destas medidas, só aparentemente avulsas, de *per si* ou conjugadas:

- o abate cego de escolas e a imposição dos mega-agrupamentos, responsáveis pela eliminação de 12 mil horários, ou bastante mais, se levarmos em conta o número de horários eliminados este ano só com os actuais 86;
- a “reforma” curricular (eliminando 12 mil horários), sendo que 7 mil resultam do abate do par pedagógico de EVT e 5 mil advêm da extinção do estudo acompanhado e área de projecto;
- a redução de horas no plano tecnológico;
- a obrigatoriedade dos docentes bibliotecários leccionarem uma turma;
- o corte nas assessorias e adjuntos e a alteração ao regime de reduções horárias aos coordenadores de estabelecimento;
- a proposta de despacho sobre a organização do ano escolar 2011/12 que poderá eliminar mais 10 mil horários;
- o anunciado despedimento massivo dos contratados do ensino particular e cooperativo em estabelecimentos com contrato de associação;
- a redução do início do serviço nocturno das 20h para as 22h;
- a redução fortíssima das situações de mobilidade;

- a extinção do ensino nocturno de adultos;
- o crescimento das já sobrelotadas turmas e na inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais nessas mesmas turmas sobredimensionadas;
- o cancelamento arbitrário das contratações no mês de Dezembro de 2010;
- a não existência de qualquer mecanismo de vinculação dinâmica dos contratados e o incumprimento das recomendações/resoluções da Assembleia da República;
- a não existência de qualquer concurso com vagas reais para quadros em 2011 e provavelmente nos anos seguintes;
- a continuação da não existência de pleno acesso à profissionalização para os docentes de habilitação própria;
- a manutenção do impedimento destes docentes com habilitação própria de concorrerem a nível nacional;
- a não homologação atempada das profissionalizações em serviço da Universidade Aberta impedindo a grande maioria destes colegas de concorrerem a nível nacional;
- a manutenção da espúria prova de ingresso, mecanismo que visa aumentar de forma adicional a já assustadora taxa do desemprego docente;
- a manutenção do modelo da avaliação de desempenho docente e a sua inclusão no cálculo da nossa graduação profissional;
- a exploração desenfreada e precariedade total que vigoram nas AEC's;
- o roubo aos nossos já baixos salários por via do aumento das contribuições do IRS (mais 1%), IVA e Caixa Geral de Aposentações ( a 11%);
- a resistência ao pagamento da compensação da caducidade dos contratos;
- a sabotagem do subsistema público da ADSE;
- as degradantes apresentações periódicas quinzenais impostas aos docentes desempregados;
- a impraticabilidade da “prova de procura activa de emprego” para os docentes desempregados;
- a falência total dos “planos pessoais de emprego” do IEFP por oferta nula de formação;
- a monstruosa prova de condição de recursos imposta a todos os desempregados, que já levou a massivos cortes de subsídios sociais de desemprego e de

rendimentos sociais de inserção, esvaziando artificialmente os ficheiros de inscritos.

**Assim, a AGS do SPGL considera que:**

É imperioso, quase vital, darmos resposta(s) a estas medidas altamente retrógradas do ponto de vista laboral e educativo, e desumanas do ponto de vista social. Medidas aviltantes e mesmo provocatórias que, se não forem combatidas com toda a firmeza de que nos conseguirmos munir, conduzirão inapelavelmente, já no próximo ano, mais de dez mil de nós, e respectivas famílias, não ao cíclico desemprego de Setembro - o que nos fomos habituando a enfrentar anualmente - mas àquele que tenderá a ser cada vez mais permanente, ou mesmo definitivo e irreversível.

Para os que no meio deste autêntico *tsunami* conseguirem ir mantendo o seu posto de trabalho precário, temos de prometer ser capazes de fazer frente ao acelerado delapidar das já más e fragilizadas condições socioprofissionais, e de trabalho, dos docentes contratados. De todos os docentes contratados. Situem-se eles em qualquer destes patamares da precariedade docente:



Deste modo, devem todos os quadros e activistas sindicais eleger como tarefa prioritária a de informar, esclarecer e apontar outras alternativas e rumos, contrariando desta forma o alastrar, nos colegas e nas escolas, das nefastas tendências de negação da realidade, clima de medo, ou outras conducentes ao individualismo, à subserviência, ao conformismo e, finalmente, à resignação e desistência da luta. No plano mais concreto e sub-sectorial, deverão, positiva e propositivamente contribuir para materializar, potenciar, unificar e mobilizar todos e cada um dos desconfortos, apreensões e descontentamentos já bem patentes em cada um dos compartimentos em que se subdivide a actual *pirâmide* do “precariado” docente. Assumindo este como um verdadeiro imperativo sindical e, logo, uma preocupação que nos deve animar a todos e a todas, sejamos nós precários ou efectivos.

É, pois, por este caminho que se conseguirão contrariar algumas perspectivas imobilistas ou visões mais ou menos derrotistas que se têm manifestado, até em meio sindical, tendências não fundamentadas e inaceitáveis - muito menos depois das últimas movimentações e protestos colectivos de docentes precários em Lisboa (em Setembro e Novembro de 2010) terem demonstrado o contrário – que nos tentam convencer que criar movimento e luta estruturada e sustentável no seio da globalidade dos docentes precários é uma quimera ou um caso perdido.

**Pelo que, em conformidade, esta mesma AGS decide que:**

Todos os quadros e activistas sindicais sem excepção devem continuar a assumir um forte e empenhado compromisso sindical na construção desta(s) resposta(s), concretamente solidarizando-se, dinamizando, participando, potenciando e assim dando corpo a todas as iniciativas e acções dos docentes contratados e desempregados, que visem reforçar a eficácia da acção reivindicativa e das lutas propostas pela respectiva Frente de Trabalho e acolhidas pelo SPGL, órgão sindical fiel à sua tradição e prática de doze anos de existência no seio do SPGL e que, entre outras vitórias, ao longo deste tempo, almejou alcançar conquistas tão relevantes como o subsídio de desemprego docente e a profissionalização para largos milhares de colegas precários.